

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

ROTEIRO E ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA SENTENÇA 23

1. A PROVA DE SENTENÇA DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NAS CARREIRAS DA MAGISTRATURA ESTADUAL E DA MAGISTRATURA FEDERAL 23
2. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A REALIDADE DA PROVA PRÁTICA DE SENTENÇA PENAL 24
 - 2.1. Gestão de tempo e espaço na prova prática de sentença penal . 24
 - 2.2. A disposição das informações na prova de sentença 26
 - 2.3. Caligrafia e a importância de um texto agradável visualmente .. 28
 - 2.3.1 Errei e quero corrigir, posso rasurar? 30
 - 2.4. Faça um roteiro da resposta antes de redigi-la..... 31
3. LEITURA ESTRATÉGICA..... 33
 - 3.1. Identificar as partes envolvidas no processo..... 33
 - 3.2. Identificar os fatos imputados ao acusado..... 35
 - 3.3. Verificar a data dos fatos e o local..... 36
 - 3.4. Destacar a data do recebimento da ação penal (denúncia ou queixa)..... 37
 - 3.5. Teses a serem abordadas 38
 - 3.6. Dados que podem influenciar na dosimetria 40
 - 3.6.1. A primeira fase da dosimetria 40
 - 3.6.2. A segunda fase da dosimetria..... 41
 - 3.6.3. A terceira fase da dosimetria 42

3.7. Verificar a situação prisional do réu	43
3.8. Resultado	44
3.8.1. Absolvição do réu.....	46
4. ESTRUTURA DA SENTENÇA PENAL.....	49
5. ORDEM DOS TÓPICOS NA SENTENÇA.....	51
5.1. Relatório/parágrafo de introdução.....	59
5.1.1. Relatório.....	59
5.1.1.1. É necessário constar o preâmbulo no relatório? ..	65
5.1.2. Parágrafo de introdução	66
5.2. Questões processuais pendentes, preliminares e prejudiciais de mérito.....	66
5.2.1. Questões processuais pendentes	66
5.2.2. Preliminares	68
5.2.2.1. Observações	71
5.2.2.2. Súmulas recorrentes sobre o tema	75
5.2.3. Prejudiciais de mérito	75
5.3. Ingresso no mérito.....	79
5.4. Materialidade	80
5.5. Autoria	82
5.5.1. Reconhecimento de pessoas e o art. 226 do CPP – Trata-se de mera recomendação de proceder?	85
5.6. Teses alegadas pelas partes	89
5.7. <i>Emendatio libelli</i> – art. 383 do CPP	91
5.7.1. Em que tópico da sentença realizar a <i>emendatio libelli</i> ? ..	94
5.8. Atenuantes e agravantes	96
5.8.1. Em que parte da sentença devem ser abordadas as agravantes/atenuantes?.....	100
5.8.2. Breves anotações sobre agravantes e atenuantes	103
5.8.3. Agravantes e atenuantes que têm grande incidência na praxe forense em provas de Sentença Penal.....	105
5.8.3.1. Reincidência.....	105
5.8.3.2. Agente menor de 21 anos na data do fato ou maior de 70 anos na data da sentença	109
5.8.3.3. Confissão	110
5.8.3.3.1. Em caso de confissão qualificada, parcial ou retratada, qual o quantum de fração recomendado à hipótese?... ..	113
5.8.3.3.2. Imputação de tráfico de drogas e alegação de posse de drogas para consumo próprio – Súmula 630 do STJ	114

5.8.3.3.3. A Súmula 231 do STJ e considerações do autor. Possibilidade de distinguishing quando se trata de confissão?	115
5.8.3.4. Outras agravantes e atenuantes já cobradas em Provas de Sentenças	117
5.8.3.5. Concurso entre agravantes e atenuantes – art. 67 do CP.....	121
5.9. Causas de aumento e de diminuição	125
5.9.1. Súmula 443 do STJ.....	131
5.9.2. Existindo mais de uma causa de aumento de pena no crime é possível o deslocamento de uma delas para exasperar a pena-base?	133
5.9.3. Pode o magistrado reconhecer uma causa de aumento não narrada na denúncia? E uma causa de diminuição não narrada?	134
5.9.4. Entendimentos relevantes e recorrentes sobre majorantes e minorantes de roubo e tráfico de drogas	136
5.9.4.1. Tentativa no crime de roubo	136
5.9.4.2. Majorante do concurso de pessoas no crime de roubo	137
5.9.4.3. Majorante do emprego de arma de fogo no crime de roubo.....	138
5.9.4.4. O crime previsto no art. 244-B do ECA em concurso com crimes da Lei de Drogas (ou com o crime do art. 2.º, § 4.º, da Lei n. 12.850/2013).....	140
5.9.4.5. A majorante prevista no inciso III do art. 40 da Lei 11.343/2006.....	142
5.9.4.6. Transnacionalidade e interestadualidade.....	144
5.9.4.7. A minorante prevista no art. 33, parágrafo 4º, da Lei 11.343/2006	146
5.9.4.8. A majorante prevista no art. 226, II, do Código Penal – crimes contra a dignidade sexual	150
5.10. Concurso de crimes	151
5.10.1. Breves anotações sobre concurso de crimes	151
5.10.1.1. Concurso material (também chamado de concurso real) – art. 69 do Código Penal.....	152
5.10.1.2. É possível a unificação das penas de reclusão e detenção para fixação do regime prisional?	154
5.10.1.3. Concurso formal (também chamado de ideal) – art. 70 do CP	155
5.10.1.4. Concurso de crimes e prescrição.....	160

5.10.1.5. Concurso material benéfico.....	161
5.10.2. Crime Continuado (Continuidade Delitiva).....	162
5.10.2.1. Superação da Súmula 605 do STF após a reforma penal de 1984.....	166
5.10.2.2. Espécies de crime continuado	166
5.10.2.3. Aplicação de multa no concurso de crimes	168
5.10.2.4. Concurso de crimes e suspensão condicional do processo	168
5.11. Conduta típica, antijurídica e praticada por agente culpável	169
5.12. Dispositivo (julgo... a pretensão punitiva)	170
5.13. Passo à dosimetria da pena – critério trifásico.....	173
5.13.1. Primeira fase da dosimetria	175
5.13.1.1. Qual o ponto de partida do magistrado na primeira fase?	176
5.13.1.2. Caso haja pelo menos uma circunstância judicial desfavorável, o juiz deve exasperar a basilar.	177
5.13.1.3. Quanto o juiz deve aumentar por cada circunstância judicial valorada negativamente?.....	178
5.13.1.4. Respeito ao preceito secundário do tipo penal ...	182
5.13.1.5. Breves considerações sobre as circunstâncias judiciais.....	182
5.13.1.5.1. Culpabilidade.....	183
5.13.1.5.2. Antecedentes.....	185
5.13.1.5.3. Conduta social.....	193
5.13.1.5.4. Personalidade do agente	195
5.13.1.5.4.1. Para valorar negativamente a vetorial da personalidade do agente, o magistrado precisa de laudo técnico?.....	197
5.13.1.5.4.2. Tema Repetitivo n. 1077 do Superior Tribunal de Justiça (precedente qualificado).	197
5.13.1.5.5. Motivos do crime.....	198
5.13.1.5.6. Circunstâncias do crime	202
5.13.1.5.7. Consequências do crime.....	204
5.13.1.5.8. Comportamento da vítima.....	207
5.13.1.6. Entendimento relevante para atuação em 2º grau de jurisdição – Tema Repetitivo n. 1214-STJ	208
5.13.2. Segunda fase da dosimetria.....	211
5.13.3. Terceira fase da dosimetria	212

5.13.4. Dosimetria conjunta em razão da semelhança entre as circunstâncias dos réus. É possível assim proceder?.....	213
5.13.5. Após as 3 fases da dosimetria, o Juiz deve considerar eventual concurso de crimes.....	214
5.13.6. Considerações de relevo sobre a pena acima do mínimo legal e o dever do Estado de proteção suficiente. Críticas à fixação desfundamentada da pena mínima	214
5.14. Detração	218
5.15. Regime inicial de cumprimento de pena.....	222
5.15.1. Súmula Vinculante no caso do art. 33, §4º, da Lei de Drogas	225
5.16. Valor do dia-multa.....	226
5.17. Penas Restritivas de Direito (PRD) – art. 44 do Código Penal	228
5.17.1. Requisitos.....	229
5.17.2. Violência doméstica ou familiar contra a mulher e penas restritivas de direitos.....	231
5.17.3. Regras de substituição (art. 44, §2º, CP).....	232
5.17.4. Sugestões de redação.....	232
5.18. Suspensão condicional da pena – Art. 77 do Código Penal.....	233
5.18.1. Requisitos.....	234
5.18.2. Período de Prova	235
5.19. Mínimo indenizatório à vítima.....	238
5.19.1. Necessidade de pedido expresso.....	239
5.19.2. É necessário que haja a indicação de um valor?	240
5.19.3. Momento do pedido. Se não houver pedido na denúncia, mas somente nas alegações finais, é possível fixar o mínimo indenizatório na sentença?	241
5.19.4. (In)Dispensabilidade da produção de prova a respeito dos danos	243
5.19.5. Como o tema foi cobrado em provas de sentença penal.	244
5.19.6. É possível fixar dano moral coletivo na sentença penal condenatória?.....	246
5.20. Prisão preventiva – direito de recorrer em liberdade	249
5.20.1. A prisão preventiva no Tribunal do Júri	255
5.21. Custas processuais – Art. 804 do Código de Processo Penal.....	258
5.22. Armas (art. 25 da Lei 10.826/2003), Drogas (art. 72 da Lei 11.343/2006 – Lei de Drogas)	259
5.22.1. Armas (art. 25 da Lei 10.826/2003).....	259
5.22.2. Art. 72 da Lei 11.343/2006 – Lei de Drogas.....	260

5.23. Perda dos objetos ilícitos e proventos do crime (art. 91 do CP) e outros efeitos da Sentença Penal Condenatória (arts. 91 e 92 do Código Penal).....	261
5.23.1. Perdimento em favor da União – automóvel utilizado no tráfico de drogas – previsão constitucional e legal ...	263
5.23.2. As mudanças trazidas pela Lei 14.994/2024 no artigo 92 do Código Penal	264
5.24. Comunicação à vítima – na forma do art. 201, §2º, do CPP.....	265
5.25. Determinações após o trânsito em julgado.....	266
5.25.1. Efeitos políticos da condenação.....	266
5.25.2. Expedição de guia de recolhimento definitiva, com a remessa ao Juízo das Execuções.....	267
5.25.3. Inclusão do nome do réu no rol dos culpados.....	269
5.25.4. Registro da sentença para fins de antecedentes e expedição de ofício ao Instituto Nacional de Identificação	270
5.25.5. Outras determinações que eventualmente podem aparecer no espelho de uma Sentença Penal.....	271
5.26. Parte autenticativa – P.R.I. Juiz de Direito Substituto	275
5.27. A sentença condenatória em crime praticado por Pessoa Jurídica. Como realizar a dosimetria em casos tais?.....	278
6. MODELOS DE ESQUELETOS DE SENTENÇAS CRIMINAIS	282
6.1. Sentença Penal Condenatória.....	283
6.2. Sentença Penal Absolutória	289
6.3. Sentença Penal com Extinção da Punibilidade	291
6.3.1. Extinção da Punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva	291
6.3.2. Extinção da Punibilidade em razão da morte	293
7. A SENTENÇA NO TRIBUNAL DO JÚRI (HIPÓTESE QUE FOI EXIGIDA NA PROVA DE SENTENÇA PENAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS – 2023).....	294
7.1. Modelo de um caso real, em que dois réus foram pronunciados pelo artigo 121, §2º, I, II e IV do CP, artigo 211 do Código Penal e art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente. Um deles foi absolvido e outro condenado por parte dos crimes.....	301
7.2. A sentença (rectius: decisão) de pronúncia. Prolegômenos e modelo.....	306
8. RECOMENDAÇÕES DE PORTUGUÊS PARA UM TEXTO MAIS CLARO	309
8.1. Busque escrever com frequência.....	310
8.2. Prefira construir frases e parágrafos curtos	311
8.3. A nova redação jurídica.....	314

8.4. Prefira escrever em ordem direta, na voz ativa, em vez de uma ordem indireta, na voz passiva	314
8.5. Prefira ser claro a ser poético.....	315
8.6. Cinco vícios que devem ser evitados na redação de uma sentença	316

CAPÍTULO 2

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA: SÚMULAS, JURISPRUDÊNCIA EM TESES E JULGADOS RELEVANTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 319

1. SÚMULAS MAIS RELEVANTES PARA PROVAS DE SENTENÇA PENAL....	319
1.1. Penal material.....	320
1.2. Processo Penal.....	325
1.3. Estatuto da Criança e do Adolescente	329
2. INFORMATIVOS DO STJ E DO STF SOBRE O TEMA	329
3. JURISPRUDÊNCIA EM TESES SOBRE DOSIMETRIA	335
4. JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE PARA SENTENÇA CRIMINAL	342
4.1. Estupro e Estupro de Vulnerável	342
4.2. Furto.....	344
4.3. Roubo e Latrocínio	349
4.4. Corrupção de menores.....	351
4.5. Homicídio culposo	353
4.6. Crimes do Estatuto do Desarmamento	356
4.7. Crimes da Lei de Drogas	361
4.8. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei n. 7.492/86)...	366
4.9. Crimes em Licitações e Contratos Administrativos.....	368
4.10. Resistência	370
4.11. Associação Criminosa.....	371
4.12. Embriaguez ao volante	374
4.13. Ameaça	375

CAPÍTULO 3

PROVAS DE CONCURSOS ANTERIORES RESOLVIDAS..... 377

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS	377
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	384
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ.....	393
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA	407
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE.....	417
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO	436
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA	456
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.....	461
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS.....	469
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO.....	477
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – 2023 – prova de sentença penal no Tribunal do Júri	493

CAPÍTULO 4

ENUNCIADOS CRIADOS PELO AUTOR..... 505

1. ENUNCIADO 1	506
1.1. Padrão de respostas do Enunciado 1	508
2. ENUNCIADO 2	518
2.1. Padrão de respostas do Enunciado 2	521
3. ENUNCIADO 3	530
3.1. Padrão de respostas do Enunciado 3	532
4. ENUNCIADO 4	538
4.1. Padrão de respostas do Enunciado 4	545
5. ENUNCIADO 5	556
5.1. Padrão de respostas do Enunciado 5.....	561

CAPÍTULO 5

SENTENÇAS EM CASOS CONCRETOS 569

1. Estupro de Vulnerável. Majorante do art. 226, II, do CPP (avô). Pedido de instauração de incidente de insanidade mental. Rejeição da tese.	569
--	-----

2.	Réu condenado por tráfico de drogas. Determinada perda do bem apreendido.	575
3.	Réus condenados como incurso nas penas dos arts. 33, com a incidência da majorante do art. 40, IV, da Lei n. 11.343/2006, c/c art. artigo 16, § 1º, inciso III (artefato explosivo) da Lei n. 10.826/2003 (emendatio libelli), na forma do art. 69 do Código Penal. Absolvidos da imputação do art. 35 da Lei de Drogas, com fulcro no art. 386, VII, do CPP. Negado o direito de recorrer em liberdade.	582
4.	Crimes previstos no art. 337 do Código Penal, artigo 155, §§ 1º e 4º, I, do Código Penal e artigo 250 do Código Penal, todos na forma do art. 69 do Código Penal (concurso material) – (emendatio libelli -art. 383 do CPP).	594
5.	Réu condenado como incurso nas penas do art. 132 do Código Penal, art. 129, § 6º c/c § 7º, do Código Penal, c/c art. 32, § 1º-A da Lei 9.605/98, todos na forma do art. 69 do CP (concurso material de crimes). Penas substituídas por restritivas de direito	603
6.	Homicídio culposo no CTB – Artigo 302, parágrafo único, inciso III, do CTB. Pena que foi substituída por duas restritivas de direito. Determinada, ainda, expedição de ofício ao DETRAN-XX para registro da pena de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor pelo período de 4 anos. Extinta a punibilidade pela prescrição em abstrato em relação ao crime do art. 305 do CTB. Extinta a punibilidade pela prescrição retroativa em relação ao art. 303, parágrafo único do CTB, conforme fundamentação.....	615
7.	Roubos majorado pelo concurso de pessoas. Concurso formal próprio de 3 crimes. Rechaçada tese defensiva de afastamento da pena de multa.	624
8.	Receptação com oferta de ANPP (aceita por um dos réus e recusada pelo outro)	631
9.	Tráfico – 2 réus.....	637
10.	Tráfico e associação para o tráfico – 2 réus.....	643
11.	Crime ambiental - artigo 34, caput, e inciso ii, do parágrafo único, da lei n° 9.605/98	657
12.	Extorsão.....	661
13.	Furto simples	667
14.	Crime praticado por Pessoa Jurídica	675
	REFERÊNCIAS	687